

## Artigo

### **Precariedade e experiências femininas do trabalho no “Trecho”: entre as usinas e os prostíbulos – Quevedos (RS)**

Giovana Duarte\*

Laura Senna Ferreira\*\*

#### **Resumo**

A instalação de quatro centrais de pequenas usinas hidrelétricas na cidade de Quevedos, no estado do Rio Grande do Sul, tem gerado empregos subcontratados e/ou informais. Os trabalhos emergentes atraíram trabalhadores de diferentes estados do país, principalmente, das regiões Sul e Nordeste. As mulheres, nesse contexto, estão inseridas nos setores mais subalternos. Este estudo objetiva, a partir da cidade de Quevedos- RS, entre os anos 2018 e 2021, compreender em que medida a precariedade laboral tem marcado as transformações referentes ao trabalho feminino e à formação de um território de gênero, entre os espaços das usinas hidrelétricas e o prostíbulo local. Como aporte teórico, mobilizamos as contribuições dos estudos de gênero e da Sociologia do Trabalho e lançamos mão de uma pesquisa narrativa, envolvendo as trabalhadoras das usinas e dos prostíbulos. Os resultados apontam a formação de um território de gênero, a partir das experiências comuns de precariedade laboral e de vida, relativas às condições laborais degradantes, pelas ações contestatórias e pelas relações opressivas de gênero.

**Palavras-chave:** Trabalho feminino. Precariedade. Experiências. Território.

#### ***Precariousness and female experiences of working in the "Road Section": between the hydroelectric power plants and the brothel – Quevedos (RS)***

#### **Abstract**

*The installation of four small hydroelectric power plants in the city of Quevedos, in the state of Rio Grande do Sul, has generated subcontracted informal jobs. The emerging jobs attracted workers from different country states, mainly from the South and Northeast regions. Women, in this context, are inserted in the most underlings sectors. This study aims to understand to what extent the precariousness of work has marked the transformations related to female labor and the formation of a gender territory amidst the spaces of hydroelectric plants and the local whorehouse, from the city of Quevedos-RS, between 2018 and 2021. As a theoretical framework, we mobilized contributions from gender studies and the Sociology of Labor. Also, we used narrative research involving female workers from the mills and brothels and documentary research. The results point to the formation of a gender territory from the shared experiences of work and life precariousness. That is related to degrading working conditions, contesting actions, and oppressive gender relations.*

**Keywords:** *Women's labor. Precariousness. Experiences. territory.*

\* Estudante do Mestrado no Programa de Pós-Graduação *Strictu Senso* em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

\*\* Doutora em Sociologia e professora do Programa de Pós-Graduação *Strictu Senso* em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Santa Maria (PPGCS-UFSM).

O presente artigo, parte da construção da pesquisa de mestrado em andamento, e tem como objetivo compreender a partir da cidade de Quevedos (RS), entre os anos 2018 e 2021, em que medida a precariedade laboral tem marcado as transformações referentes ao trabalho feminino e à formação de um território de gênero, entre os espaços das usinas hidrelétricas e os prostíbulos locais. Os empreendimentos energéticos instalados no lócus deste estudo decorrem do Programa Gaúcho de Incentivo a Pequenas Centrais de Usinas Hidrelétricas, elaborado pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, em março de 2017, que resultou na flexibilização de leis de proteção ambiental, a fim de facilitar a aprovação dos empreendimentos. A instalação das usinas no espaço da cidade de Quevedos (RS), tem provocado mudanças na estrutura ocupacional do município com o surgimento de empregos variados, emergindo mais de 530 postos de trabalhos diretos, que diz respeito aos serviços de limpeza, de alimentos, administrativos, na construção civil e na prestação de serviços sexuais, os quais vinculam-se aos novos “receituários” (ANTUNES, 2011) laborais contemporâneos, a partir da reestruturação produtiva e da flexibilização do mundo do trabalho.

Em termos metodológicos, esta pesquisa adota uma “triangulação de dados” (FLICK, 2009), que consiste na análise de distintas fontes. Dentre elas, até o presente momento, foram realizadas “entrevistas narrativas” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002) com 13 trabalhadoras: 9 destas atuam nos empregos das usinas hidrelétricas, sendo 1 na prestação de serviços de limpeza, 7 estão inseridas no setor alimentício, 1 na construção civil, e 4 das interlocutoras atuam como prostitutas em prostíbulos localizados na região

central e rural do município de Quevedos (RS). As entrevistas foram realizadas entre os meses de maio a dezembro de 2020, por meio de videochamadas, ligações, e 9 entrevistas foram realizadas presencialmente, nos espaços laborais, seguido de observação nos locais, ambos conduzidos com base nos protocolos de prevenção à Covid-19, conforme orienta a Organização Mundial da Saúde (OMS). No que tange ao perfil das interlocutoras, as idades variam de 19 a 50 anos, 7 são mulheres brancas e 6 delas se autodeclaram pardas, 7 são casadas, 9 possuem filhos(as), cujas cidades e estados de origem são: Quevedos (RS), Tupanciretã (RS), São Pedro do Sul (RS), Veranópolis (RS), Santo Ângelo (RS), Santiago (RS), Panambi (RS), Faxinal dos Guedes (SC), Bom Jesus (PR) e Salvador (BA). As entrevistas permitem a obtenção de histórias narradas, que expressam a vivacidade de acontecimentos, experiências e as trajetórias de vida das interlocutoras, que atuam nos espaços das usinas hidrelétricas e nos prostíbulos locais. Ao mesmo tempo, houve uma entrevista com 1 representante dos investidores do complexo energético, e 1 proprietária de um dos prostíbulos, ponderando sobre aspectos atrelados às dinâmicas que permeiam os processos de instalação dos empreendimentos e do comércio sexual, bem como as “análises documentais” (CELLARD, 2008) de mídias digitais e de documentos oficiais, contendo informações mais amplas sobre a manifestação do objeto de estudo. Para este artigo, foram priorizadas as entrevistas das trabalhadoras das usinas e dos prostíbulos.

As discussões presentes no texto referem-se, primeiramente, às conexões estabelecidas entre os espaços das usinas e dos prostíbulos locais. Em um segundo momento apresentam-se as implicações das condições da precariedade do trabalho nas experiências de vida das interlocutoras. Na sequência, o debate norteia os conflitos laborais, nos espaços das usinas e nos prostíbulos. Posteriormente, abordam-se as relações opressivas de gênero e, por fim, as reflexões das considerações finais sobre a síntese dos dilemas encontrados preliminarmente no estudo.

## **A relação entre as usinas hidrelétricas e os prostíbulos locais**

A cidade de Quevedos, localizada na microrregião Centro Ocidental do estado do Rio Grande do Sul, abriga aproximadamente 2.790 habitantes e, nos últimos anos, vem sofrendo impactos das políticas, vinculadas à noção desenvolvimentista que remetem aos discursos de geração de empregos, de melhoramento das condições de vida e de crescimento econômico (RAMALHO; VÉRAS, 2013) local. A partir do ano de 2018, quatro centrais de pequenas usinas hidrelétricas estavam sendo instaladas no município, concatenadas ao Programa Gaúcho de Incentivo as Pequenas Centrais Hidrelétricas, elaborado pelo Governo do estado do Rio Grande do Sul, em março de 2017, que visavam auxiliar na aprovação de 91 projetos de empreendimentos energéticos em situação de análise pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM)<sup>1</sup>.

As instalações dos empreendimentos resultaram na alteração da estrutura ocupacional da cidade, cujas ocupações presentes, dizem respeito aos serviços de limpeza, serviços alimentícios, setores administrativos, cargos na construção civil e na prestação de serviços sexuais<sup>2</sup>. Destaca-se que o estabelecimento do prostíbulo constitui o primeiro espaço com prostituição em Quevedos (RS), e emerge no mesmo momento da instalação das empresas no município. Conforme o depoimento de uma das interlocutoras que atua em uma das empresas do setor da construção civil, o prostíbulo tem acompanhado a empresa em suas empreitadas ao longo dos últimos anos, em diferentes estados do país. Em suas palavras:

[...] em outras obras já teve de se estabelecer perto, assim, o cara vinha e montava uma coisa dessas do lado do alojamento, e aqui é do lado e até aqui o pessoal brinca que tem que fazer... em vez de mexer no acesso da obra, tem que fazer um acesso direto, de lá do alojamento até na casa (Entrevista Profissional liberal, 2020)<sup>3</sup>.

Não raramente, Antonio Gramsci (2001) ressalta que a prostituição não é um acontecimento dissociado das dinâmicas da racionalização do trabalho e do emprego. Ao contrário, iniciativas como essas têm acompanhado

os interesses da gestão empresarial ao longo das transformações produtivas. As relações entre empresas e a prostituição decorre da identificação desta como um esporte, um tipo de entretenimento aos trabalhadores, cuja lógica tem servido, de um lado, para a tentativa de garantir maior produtividade do trabalhador masculino; e por outro, contribui fortemente na objetificação dos corpos das mulheres (numa dimensão sexista). De acordo com este autor: “a questão sexual torna-se um aspecto fundamental e específico da questão econômica” (GRAMSCI, 2001, p. 53). Essa visão se mantém desde o regime fordista de produção, e tenciona para uma nova “ética sexual” e “um novo tipo de homem” (GRAMSCI, 2001, p. 60) com base no mito do instinto selvagem. Com isso, a empresa garante o controle tanto da esfera produtiva, quanto da vida íntima da classe trabalhadora.

### **O mundo do trabalho feminino na órbita do complexo energético**

Os empreendimentos energéticos ao transformar a estrutura ocupacional local, vêm expandindo o surgimento de diferentes empregos, marcados pela subcontratação e pela informalidade, vinculados aos “novos modelos alternativos de trabalho” (ANTUNES, 2011, p. 23), decorrente da era da “acumulação flexível” (HARVEY, 1992, p. 139). Conforme David Harvey (1992), o conceito trata de expressar a transição do regime fordista – caracterizado pela produção em massa e pelo controle rígido na esfera de produção – para o regime flexível do labor, caracterizado, mais precisamente,

[...] pela flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1992, p. 141).

Nos empregados estão inseridos trabalhadores e trabalhadoras de diferentes estados do país, em grande medida, das regiões Sul e Nordeste. Ambos integram a fase da nova complexificação contemporânea da “classe-

que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2011, p. 123), sublinhado pelas suas clivagens de gênero, de raça, e de geração.

Nessa fase da história do mundo do trabalho, pela forma de produção difusa e flexível, a “desconcentração física do emprego” (HAESBATERT, 2011, p. 97) é um dos elementos, associados às necessidades empresariais na chamada “empresa enxuta” (HARVEY, 1992, p. 135)<sup>4</sup>, a partir da reconversão produtiva. As trabalhadoras e interlocutoras desta pesquisa, vivenciam esse fenômeno social, fazendo com que se tornem móveis, quer pelas exigências/necessidades empresariais, quer pelo “desemprego estrutural” (ANTUNES, 2011, p. 111). A transição geográfica, por vezes, trata da procura por locais que estejam com empregos disponíveis, a fim de encontrar meios para garantir a sobrevivência cotidiana. Segundo Rogério Haesbaert (2011), esta é uma realidade que aflige, sobretudo, os “globalizados de baixo” (HAESBAERT, 2011, p. 95), mais expostos a viverem as precariedades laboral e de vida.

Nesse mesmo sentido, os estudos de gênero, a partir dos anos 2000 (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000; HIRATA, 2009; FALQUET, 2009), indicam a bipolarização do emprego feminino: de um lado, encontram-se os cargos socialmente prestigiados (engenharia, advocacia, medicina, entre outros); de outro lado, os empregos tradicionalmente femininos e mais subalternos (como a docência, serviços de limpeza, alimentícios, sexuais, entre outros). Ambos são impactados pelas novas formas de emprego na era flexível – simultaneamente, precários. Além disso, como apresenta Helena Hirata (2009), a inserção da força de trabalho feminina se mantém massivamente na “economia informal” (HIRATA, 2009, p. 217), em consonância com o crescimento econômico e com a “feminilização da pobreza” (HIRATA, 2009, p. 223), caracterizando-se em desvantagem quando comparadas aos homens. Portanto, o desemprego e a mobilidade geográfica não são uma opção para as mulheres, mas, trata-se de uma consequência social. Para a autora, essa desigualdade se evidencia, sobretudo, pela divisão sexual do trabalho, entendida como

[...] a forma da divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para sobrevivência das relações sociais entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e societalmente. Tem como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação dos homens das funções com maior valor social agregado (HIRATA, 2009, p. 266).

Assim, as ocupações mal pagas e desvalorizadas socialmente, historicamente vêm concentrando a mão de obra feminina. Segundo Heleieth Saffioti (2013), as vivências desiguais do gênero feminino, na esfera de trabalho, se constituem perante as “marcas sociais”, referentes aos fatores de ordem social e natural (sexo e raça/etnia) construídos socialmente, são os principais mecanismos que levam à inferioridade, e favoreceram as “hierarquias numa escala de valores” (SAFFIOTI, 2013, p. 26). Esse contexto, conduz a discriminações, e simultaneamente, à “marginalização das mulheres” (SAFFIOTI, 2013, p. 32) nas relações sociais de produção, especialmente, no contexto brasileiro. Nesse aspecto, a conjuntura social do Brasil, conforme Lélia Gonzalez (1970), marcada pelo processo de colonização, expeliu a classe trabalhadora, em particular, a população negra e as mulheres, a se constituírem como uma “massa marginal” (GONZALEZ, 1970, p. 17), pela inserção periférica no mercado, e por vezes, tornarem-se um “exército industrial de reserva” (GONZALEZ, 1970, p. 18), identificados como supérfluos, se posicionando à margem do sistema produtivo. Essas clivagens acentuadas pelas relações de poder têm levado à divisões sexual e racial do trabalho, cujos fenômenos sociais resultam das formas de opressão, de exploração e de dominação, que estão presentes em todas as sociedades (KERGOAT, 2001).

No que tange às trabalhadoras das usinas hidrelétricas e dos prostíbulos, ambas experimentam um modo de vida “no trecho” (Entrevista, Trabalhadora das usinas, 2020). Os empregos flexíveis (subcontratado, temporário e terceirizado) e informais, levam-nas a uma trajetória marcada pela inserção em diferentes ocupações, e aos deslocamentos geográficos a

variadas cidades e estados do país. Algumas interlocutoras possuem contratos laborais junto a empresas e as acompanham a cada empreitada. Em uma das narrativas, a trabalhadora depõe sobre sua condição móvel: “Esse é o procedimento: começo-terminou-vai-embora. Desses 6 anos, estive em Carolina, Nova Prata, Xanxerê e aqui, em quatro cidades” (Entrevista, Profissional liberal, 2020). Outra interlocutora também aponta sua transição a diversas empresas, a qual atua há mais de 15 anos como cozinheira. Frequentemente as trabalhadoras também relatam serem donas de casa, e identificarem nos empregos da órbita das usinas uma oportunidade de garantir sua autonomia econômica. Uma das entrevistadas, antes de adentrar na prostituição, atuava como “promotora de vendas” (Entrevista, Garota de programa, 2020), no estado da Bahia, e encontra-se há mais de cinco anos na prostituição, frequentando diferentes estados do país (BH, SP, SC, PR e RS). Conforme o seu depoimento: “a quantidade de boates que conheço são bastante” (Entrevista, Garota de programa, 2020).

Os empregos resultantes dos empreendimentos energéticos têm se mostrado, igualmente, marcados pela precariedade (ALVES, 2007), expressada pelas altas jornadas, pelos baixos salários e pelos conflitos laborais, diante dos aparatos de controle e de exploração da força de trabalho. Uma das experiências precárias, compartilhadas pelas trabalhadoras, é a inexistência de tempos de descanso no espaço laboral, além da extensão da jornada, das 4 horas ou 5 horas da manhã, para as 21 horas ou 22 horas da noite. Essa rotina é vivida pelas trabalhadoras que atuam nos setores administrativos e na produção de alimentos das usinas hidrelétricas, bem como acomete a realidade das prostitutas. Uma das trabalhadoras inseridas nas ocupações liberais, depõe que sua jornada varia das 7 horas às 18 horas da tarde, com a extensão do trabalho ao domicílio. Em suas palavras: “em casa é... muitas vezes chega, toma banho, come alguma coisa e vai trabalhar, daí trabalha até as 22 horas” (Entrevista, Profissional liberal, 2020).

Conforme as trabalhadoras dos prostíbulos, a interlocutora depõe: “Não existe horário fixo, porém se chegar cliente e a garota tiver disponibilidade de atender, ela pode atender” (Entrevista, Garota de programa, 2020). A realidade do prostíbulo também é transpassada por regras, com metas a serem cumpridas, a fim de garantir o máximo de lucro possível, que geralmente ocorre pelo consumo de bebidas, e conseqüentemente, a maior comissão e a ampliação da renda das trabalhadoras. A rotina laboral também possui alguns conflitos por parte de alguns clientes, que se recusam a realizar os pagamentos, reproduzindo as “relações de poder” (HAESBAERT, 2011) nesses espaços. Em geral, os clientes têm decisão de escolha sobre as mulheres e seus corpos (Entrevista, Garota de programa, 2020).

No espaço das usinas hidrelétricas, o trabalho é caracterizado como “difícil” (Entrevista, Trabalhadora das usinas, 2020). Um dos aspectos que o torna degradante são as exigências a habilidades manuais padronizadas e a prática de múltiplas tarefas (como o cuidado com as quantidades de sal, com o peso da carne, com o tempo de preparação ou limpeza, com o cumprimento diário das demandas etc.). Os conhecimentos prévios também são exigidos pelas empresas, sobretudo, entre as trabalhadoras dos serviços alimentícios e da limpeza, os quais não exigem um grau de escolaridade, ou idade para o preenchimento das vagas. Os relatos, evidenciam a degradação da saúde, haja vista a intensidade e o ritmo laboral, que impactam no comportamento inadequado e movimento repetitivos. Uma das trabalhadoras do setor alimentício, revela a quantidade de alimentos produzidos cotidianamente: “a média de almoços, dá uns cento e poucos almoços, por aí, porque a gente faz 60 e poucos para ele levar para outra sede e dá uns 70, 80 almoços por aqui” (Entrevista, Trabalhadora das usinas, 2020). Uma situação semelhante é descrita por uma das interlocutoras que atua na limpeza, a qual precisa realizar a higienização de 15 alojamentos/residências, durante duas vezes na semana. A trabalhadora a seguir destaca a jornada e os malefícios do emprego:

Deus o livre, eu saio daqui quatro e quinze, eu chego lá vinte para seis [...] e mais a estrada ruim, né [...] tem uma hora que tu cansa, mas tu se levanta... teve um dia que andei ruim, ruim da coluna e até falei para dona Y, lá no Rincão ainda, que ia pedir pra sair, não aguentava mais, cansada, e o horário também, a canseira, mas daí fui consultar e daí as chefes me trouxeram remédio para mim ficar (Entrevista, Trabalhadora das usinas, 2020).

Em ambos os casos, as jornadas variam entre os dias de semana e os finais de semana. Normalmente, no setor de alimentos a labuta é desempenhada por equipes, compostas por três funcionárias, de forma individual nas ocupações presentes nos setores administrativos e no setor de limpeza. Segundo Giovanni Alves (2007), a respeito do trabalho em equipe, ele é utilizado na expansão do modelo japonês, que, comumente, proporcionou um maior (auto)controle dos trabalhadores por si mesmos, e sobre os demais colegas de labuta, ao provocar a “captura da subjetividade”, e favorecer os engajamentos moral e intelectual dos(as) trabalhadores(as) – além de impulsionar a “produção difusa, fluída e flexível” (ALVES, 2007, p. 53). Conforme destacam Ricardo Antunes e Graça Durk (2013), as condições rígidas do regime fordista ainda vigoram, visto que a era flexível se constitui, a partir das “continuidades e discontinuidades” do regime pretérito. Assim, embora a jornada das trabalhadoras se configure como flexível, o controle laboral para o cumprimento de prazos e demandas prevalece fortemente nesse contexto.

As relações opressivas de gênero também são experienciadas pelas mulheres, vinculadas aos eixos de opressões e de violações de origem patriarcal (SAFFIOTI, 2013), que recaem sobre as mulheres como formas de dominação dos corpos, na inferiorização das capacidades, e na mão de obra barata ao sistema capitalista. Não raramente, as narrativas das interlocutoras relatam casos de assédios sexuais e morais no ambiente de trabalho, nas usinas hidrelétricas. Eles ocorrem, principalmente, nos refeitórios, nos espaços abertos, assim como em transportes, e no alojamento<sup>5</sup>. Como pontua esta entrevistada: “Ela disse para nós: “o fulano me disse isso,

isso e isso”, se eu não queria com ele e tal, se não podia sair com ele para “dar uma”, e ele era um motorista do ônibus, enfim, mas isso acontece” (Entrevista, Profissional liberal, 2020). As violências variam entre toques nos corpos das trabalhadoras, insultos verbais (frases machistas e incitações a cometer práticas sexuais) e violências físicas. Em algumas narrativas esses casos assumem tons extremados. Conforme uma das prostitutas, ela vivenciou situações de violências no espaço laboral.

[...] ele me agarrou e me puxou pelo cabelo, e eu peguei empurrei ele e saí correndo [...] sei que ele ficou bem transtornado, depois saiu, eu me ajeitei né, porque eu saí correndo, me ajeitei e daí ele veio e pediu desculpa e tudo para mim, como se fosse uma coisa bem normal para ele, sabe (Entrevista, Garota de programa, 2020).

Os assédios sexuais frequentemente ocorrem com as trabalhadoras dos setores mais subalternos nos espaços das usinas, como os serviços de limpeza e alimentícios. As violências físicas são comuns nos espaços com prostituição, enquanto o assédio moral se associa aos setores mais elevados, como na parte administrativa, e normalmente se apresenta em falas, direcionadas à incapacidade física e à limitação da autoridade feminina em encaminhar e executar atividades, como formas de inferiorizar e de desmerecer os conhecimentos e as potencialidades das mulheres, se sucedendo, particularmente, na área da construção civil. Eis o relato de um assédio moral vivido por uma das trabalhadoras:

Teve uma situação que foi uma atividade que eu estava tocando no turno noturno né, da noite, e eu pedi para um dos líderes para fazer de uma determinada forma o serviço, que eles estavam fibrando a parede da casa de força, com concreto, aí eu expliquei para ele: “faz assim, assim, assado”, e ele foi lá e pediu para o vibradorista, que era para ele fazer daquela forma e o vibradorista falou: “eu sei que foi ela que pediu, essa Y não sabe de nada”. Então isso me incomodou bastante, e eu não cobre diretamente dele, mas pedi para o feitor, “ele vai fazer dessa forma, porque é dessa forma que eu estou pedindo”, e ele fez daquela forma, mas eu vi que ele fez, mas não gostou (Entrevista, Trabalhadora das usinas, 2020).

## As formas de resistências laborais

O contexto de exploração da força de trabalho, de controle e de repressão pela gestão laboral, torna-se um terreno fértil para as resistências/contestações de trabalhadores e trabalhadoras. Segundo Annéris Maroni (1982), os padrões laborais de produtividade normalmente se configuram como um “poder disciplinador do trabalho” (MARONI, 1982, p. 63). No setor alimentício, as regras de conduta para a produção dos alimentos não são aderidas rigorosamente pelas trabalhadoras, que têm se recusado a cumprir certas normas, repercutindo em (micro)resistências espontâneas (não organizadas), e indiretamente rompem com as “investidas repressivas do capital” (MARONI, 1982, p. 64). Para Ricardo Festi (2019), essas reações, mesmo não organizadas, também são contestações de cunho político.

Tais (micro)resistências das mulheres têm gerado insatisfação, abrangendo os demais trabalhadores, desencadeando na elaboração de abaixo-assinados e reclamações junto às chefias, assim como insultos às trabalhadoras, no momento de consumo dos alimentos, ao passo que os trabalhadores não estavam satisfeitos com as refeições. Para coibir a ampliação da rebeldia, a empresa demite algumas funcionárias e funcionários, após a repercussão dos desentendimentos motivados pelas ações contestatórias. Conforme o depoimento de uma interlocutora que atua na preparação dos alimentos:

Esses dias eles estavam reclamando muito da comida e estavam fazendo escândalo e coisas assim [...] tentando fazer abaixo assinado e essas coisas [...] porque se eu estou junto, elas estão fazendo tudo certinho, mas se eu não estou já desandam as coisas [...]. Elas são cozinheira, mas elas não querem fazer como eu ensino né, tu sabe que elas querem já mudar o rumo das coisas então... querem fazer do jeito delas, então não dá certo (Entrevista, Trabalhadora das usinas, 2020).

Os estudos de Edward Thompson (1998) e Karl Polanyi (2000) indicam que o processo de racionalização do trabalho se defronta com a experiência, com os interesses, as ideias, os saberes, e com os valores

compartilhados pela classe trabalhadora. As resistências laborais, na visão de Polanyi (2000), representam o “contramovimento” da sociedade, negando a lógica de mercado que explora a partir dos interesses econômicos utilitaristas. Nesse aspecto, Thompson (1998) declara que a classe trabalhadora possui uma realidade ambivalente, ao mesmo tempo que está inserida nas relações de domínio e de exploração, também resiste a elas.

## **O impacto da flexibilidade laboral na vida das trabalhadoras**

O novo tempo do capitalismo flexível, na concepção de Robert Castel (1998), tem acentuado a “vulnerabilidade as massas” (CASTEL, 1998, p. 68), pela crescente insegurança, instabilidade e adaptabilidade aos empregos e pela estabilidade cada vez mais escassa. Esse contexto gera implicações diretas na subjetividade das trabalhadoras desta pesquisa, como a ruptura das relações afetivas familiares, pelo distanciamento proporcionado pela flexibilidade vinculada à desconcentração física do emprego. Em geral, as trabalhadoras são mães, possuem filhos pequenos (com dois a três anos de idade) e ressaltam, sobretudo, a dificuldade da ausência familiar no dia a dia. De acordo com os depoimentos selecionados, é possível perceber esses aspectos:

Como eu estou longe de casa né, então também não tem sentido de ficar lá sozinha... em casa sozinha. E eu vou para casa uma vez por mês, esse mês eu não fui por causa dessa baixada de três fins de semana, então fica mais complicado porque nós temos uma cozinheira para cada cozinha, então temos que fazer o almoço em todas, então não tem como (Entrevista, Trabalhadora das usinas, 2020).

Tenho muita saudade dos meus filhos, da minha mãe [...]. Eu os vejo quase todos os dias por chamada de vídeo, e fico fora de casa um mês e depois retorno, mas devido à pandemia vou fazer dois meses longe de casa (Entrevista, Garota de programa, 2020).

As estratégias são recursos utilizados pelas interlocutoras, a fim de buscar se manter no trabalho, e proporcionar aproximações afetivas familiares, sobremaneira, como pontua Castel (1998), eles serem para “não se

afundar” (CASTEL, 1998, p. 62). Como menciona Thompson (1998), a classe trabalhadora cria “discretas sobrevivências” no cotidiano, tão importantes para tornar mais leve e menos dura a vida “no trecho” (Entrevista, Trabalhadora das usinas, 2020). Um dos recursos utilizados para manter os vínculos afetivos com a família, no “território pessoal” (HAESBAERT, 2011, p. 112), é a tecnologia, mediante chamadas de vídeos e ligações diárias.

As colegas de trabalho e os laços de amizade no espaço urbano e em ambientes de sociabilidade (como a vizinhança e os estabelecimentos comerciais) também contribuem para amenizar as dificuldades, objetivas e subjetivas, das condições laborais, que impactam na vida, como um todo.

## **Considerações finais**

As “experiências” (THOMPSON, 1998) comuns das trabalhadoras têm resultado na formação de um território de gênero entre os espaços das usinas e dos prostíbulos, a partir dos agenciamentos coletivos, vivenciados pelas mulheres, diante das desigualdades, das opressões, das resistências, das estratégias, das mobilidades geográficas e, principalmente, da precariedade laboral. Como argumenta Jules Falquet (2009), existe uma falsa oposição entre as mulheres, a *pari passu* com a moral dominante, responsável por forjar a justificativa de exploração de algumas mulheres, em detrimento de outras. A expropriação da força de trabalho ocorre, sobretudo, entre os grupos mais pobres, como as interlocutoras desta pesquisa. Nesse sentido, entre os espaços das usinas e dos prostíbulos, em que a precariedade e as opressões de gênero recaem sobre as mulheres, mesmo que o labor as diferencie, o gênero e a classe social atribuem semelhanças em suas experiências de vidas. Conforme Falquet (2009): “as mulheres podem ser muito bem a mesma mulher em diferentes momentos do dia ou de suas vidas” (FALQUET, 2009, p. 41).

As condições laborais conduzem a uma vida vulnerável, com pouco tempo para o cuidado de si, marcado pela insegurança, instabilidade, desprovidas de autonomia e da possibilidade de planejar uma vida estável. As consequências provocam sentimentos diversos, quer pelas rupturas dos laços afetivos familiares, quer pelas estratégias, a fim de amenizar os sacrifícios cotidianos, que se somam às opressões e às violências de gênero. As resistências espontâneas nos espaços de trabalho têm servido como uma forma de intervir nas investidas repressivas da gestão laboral. As trabalhadoras fazem a sua história e reconstroem constantemente o seu território pessoal e coletivo, ao passo que se ligam ao território que habitam.

De modo geral, a precariedade das experiências comuns laborais e da vida, como um todo, destas mulheres refletem os impactos da flexibilidade do trabalho, em simbiose com a precariedade laboral e as opressões sistemáticas da sociedade, dos pontos de vista de gênero e de classe.

**Giovana Duarte** é Estudante do Mestrado no Programa de Pós-Graduação *Strictu Senso* em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).  
Contato: [giovanaduarte66@gmail.com](mailto:giovanaduarte66@gmail.com)

**Laura Senna Ferreira** é Doutora em Sociologia e professora do Programa de Pós-Graduação *Strictu Senso* em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Santa Maria (PPGCS-UFSM).  
Contato: [laurasennafe@hotmail.com](mailto:laurasennafe@hotmail.com)

Artigo recebido em: 25-09-2021

Aprovado em: 29-10-2021

Como citar este texto: DUARTE, Giovanna; FERREIRA, Laura Senna. Precariedade e experiências femininas do trabalho no “Trecho”: entre as usinas e os prostíbulos – Quevedos (RS). **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 07, nº 01, p. 62-80, 2021.

## Referências

- ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Bauru: Praxis, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANTUNES, Ricardo; DURK, Graça. **A terceirização como regra?** Rev. TST, Brasília, vol. 79, n. 4, out/dez., 2013.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria, R. **A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo**. Cadernos de pesquisa, vol.2, n. 110, p. 67-104, jul/ago., 2000.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CELLARD, André. A análise documental. In. Vários autores. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- FALQUET, Jules. **Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: libertação ou novas formas de apropriação?** In: ABREU, Alice R. P.; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FESTI, Ricardo. Zanon: uma experiência de fábrica sem patrão na Argentina. In. ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV: Trabalho digital, autogestão e expropriação da vida**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GRAMSCI, Antonio. Caderno 22 (1934): Americanismo e fordismo. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GONZÁLEZ, Lélia. **Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher**. In: 8º ENCONTRO NACIONAL DA LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, Pittsburgh, vol.5, 1979. Disponível em: [https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/cultura\\_etnicidad\\_e\\_e\\_trabalho.pdf](https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/cultura_etnicidad_e_e_trabalho.pdf). Acessado em: 14 de outubro de 2021.
- HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. In: GUIMARÃES, Nadya A.; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi. **Trabalho flexível, Empregos Precários?** Uma comparação Brasil, França, Japão. São Paulo: Ed. USP, 2009.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. A entrevista narrativa. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

KERGOAT, D. Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe. **Graduate Institute Publications**, 2001. Disponível em: <https://books.openedition.org/iheid/5419>. Acesso em: 18 outubro de 2020.

MARONI, Amnéris. **A estratégia da recusa (análise das greves de maio/78).** São Paulo: Brasilense, 1982.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RAMALHO, José Ricardo; OLIVEIRA, Roberto, V. Atualidade sobre o debate e desenvolvimento. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 211-215, maio/ago., 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

---

<sup>1</sup> Informações na íntegra disponível em: <https://diariosm.com.br/not%C3%ADcias/economia/obra-de-usina-hidrel%C3%A9trica-da-havan-come%C3%A7a-nos-pr%C3%B3ximos-meses-na-regi%C3%A3o-1.2059479>. Acessado em: 12 de outubro de 2021.

<sup>2</sup> A prestação de serviços sexuais se refere ao Projeto de Lei Gabriela Leite (nº 4.211/2012), que define como profissional do sexo toda e qualquer pessoa acima de 18 anos, que se encontra voluntariamente e que seja diretamente remunerada pelo serviço. A lei prevê a garantia a Aposentadoria Especial, em vista dos riscos e do envelhecimento precoce das(os) trabalhadoras(es), após 25 anos de atuação, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1999. No entanto, diante da dificuldade em usufruir das leis, nossas interlocutoras não se beneficiam de tal amparo legal e o desconhecem.

<sup>3</sup> O termo “profissional liberal” é utilizado para se referir às trabalhadoras dos cargos mais elevados das usinas hidrelétricas (da engenharia e da nutrição); “trabalhadoras das usinas” se refere às interlocutoras das ocupações mais periféricas (da prestação de serviços de limpeza e do setor alimentício); e “garotas de programa” para as interlocutoras dos espaços com prostituição, com base nas suas próprias preferências pela identificação.

<sup>4</sup> A “empresa enxuta” designa a maior lucratividade empresarial, pela manutenção da permanência de atividades essenciais no funcionamento das empresas, caracterizando a redução máxima do número de funcionários centrais, e abrindo espaço para formas de contratos mais subalternizados, como: terceirização, subcontratação, tempo parcial, temporário, entre outras formas.

---

<sup>5</sup> O alojamento é um espaço em que residem, em maior número os trabalhadores masculinos, e onde são realizadas limpezas diárias pelas trabalhadoras durante a semana. Os casos de assédios sexuais, ocorrem geralmente nesses espaços.